

Da história da psicologia para uma história na psicologia

From the History of Psychology to a History in Psychology

Lia M. Perez B. Baraúna *

RESUMO:

O presente texto expõe de forma crítica uma discussão sobre o crescente interesse pela história da Psicologia no Brasil, e os desdobramentos que a análise deste tema trazem para a formação do psicólogo e a construção da teoria e da prática psicológicas. A autora propõe uma reflexão sobre a realidade histórica, social e política na qual a psicologia com pretensões à neutralidade científica se estabeleceu e a qual se deve reportar, obrigatoriamente, para se pensar a teoria e a prática psicológica nos dias atuais. A psicologia e a sua historicidade abrem possibilidades para se discutir não apenas os desdobramentos deste saber ao longo do tempo, mas também como as funções psicológicas estão submetidas à história, e como é possível, a partir desta relação com o saber histórico, evitarmos as armadilhas da naturalização.

Palavras-chave: Psicologia, História, Epistemologia.

ABSTRACT:

The present work displays a critical discussion on the increasing interest for the History of Psychology in Brazil, and the analysis of this theme's branches on psychologists' education and also on the construction of psychological theory and practice. It proposes a reflection on the historical, social and political reality - a mandatory item to mention while thinking about the current psychological theory and practice - , in which psychology, under neutral and scientific pretensions, has established itself. Psychology and its historicity allow a discussion not only the branches of such knowledge along the time, but also how psychological functions are subordinated to history and how it is possible, once historical knowledge is concerned, to avoid traps of naturalization.

Key-words: Psychology, History, Epistemology

O crescente interesse pela História da Psicologia no Brasil é mais do que bem-vindo, por inúmeras razões. As mais imediatas dizem respeito ao valor da recuperação histórica, da memória dessa ainda recente Psicologia entre nós, num momento em que é possível o acesso aos pioneiros ou aos seus discípulos diretos. Mas a importância do tipo de reconstrução que vem sendo feita é a de não ter apenas o objetivo de informar, ou salvar do esquecimento os “grandes nomes” e os fatos do passado. Menos ainda o de tomá-los como modelos exemplares para nossa conduta. Não tem um caráter ornamental, ufanista e autoglorificador, que congelaria a possibilidade de pensar não só essa história mas também as próprias teorias e práticas psicológicas, pretéritas ou atuais. Ao mesmo tempo, não se coloca num paradigma iluminista, que buscava as idéias que produziram o avanço científico da Psicologia, seu suposto progresso.

Os estudos e pesquisas mais recentes voltados para a história da Psicologia têm evitado o anacronismo comumente encontrado nos antigos manuais, onde as idéias aparecem como se existissem em abstrato, como se fossem autônomas em relação à realidade. Esse tipo de reconstrução histórica, que busca trazer as teorias e práticas psicológicas para o seu contexto de produção, resgata um pressuposto bastante difundido em outras áreas das chamadas ciências humanas, mas que é freqüentemente esquecido nos meios psi: o de que o pensamento é sempre produzido num momento determinado, e que para compreendê-lo é necessário buscar também suas determinações históricas, até onde isso for possível.

Esse campo de pesquisas parece indicar um momento de maior maturidade num processo de insatisfação com os saberes e práticas psi, que alguns grupos de psicólogos (ligados às Universidades e, principalmente, aos Conselhos Regionais e Federal) já vinham manifestando há algum tempo.

A longa tradição de uma Psicologia com a pretensão de neutralidade científica em relação a um objeto deslocado da realidade histórica, social e política, sua postura acrítica em relação à sociedade, passou a ser questionada com maior intensidade.

Além disso, a partir da década de 80, as transformações econômicas, sociais e políticas no país e no mercado de trabalho dos psicólogos evidenciaram a necessidade de mudanças na regulamentação da profissão. Assim, essa insatisfação foi traduzida de forma mais visível, num primeiro momento, em mudanças no Código de Ética dos psicólogos, deliberações em Congressos de Psicologia, etc, que passaram a enfatizar uma preocupação com os direitos da cidadania, com a transformação da realidade brasileira, a produção de um conhecimento crítico, etc¹.

Apesar da importância dessas alterações nos códigos que regulamentam a profissão, elas estão longe de garantir mudanças na produção teórica e nas práticas dos profissionais. Nesse sentido, aí também pode estar presente o “formalismo jurídico” tão característico da cultura política brasileira, que considera a presença de conceitos de justiça (muitas vezes vagos) nos textos constitucionais uma garantia de democracia. Assim como os princípios da Constituição de 1988 não correspondem à realidade social do Brasil, os documentos produzidos nos Congressos Constituintes de Psicologia acabam sendo, na maioria das vezes, uma representação ilusória da profissão, que não corresponde às práticas concretas. Além disso, é notável nesses documentos o farto uso de termos como cidadania, comunidade, valores culturais, etc, o que muitas vezes leva a uma banalização de conceitos sociológicos quase sempre ausentes na formação dos psicólogos.

Boa parte dos temas (cidadania, Estado, Sociedade Civil, etc.) que se relacionam à compreensão da sociedade em que vivemos envolvem várias áreas do conhecimento (Filosofia, História, Sociologia, Ciências Políticas, Direito, etc) e a Psicologia esteve, durante muito tempo, relativamente alheia a essas questões, como se elas não fizessem parte do seu campo de intervenção ou análise. É necessário um longo e penoso trabalho para que possamos nos apropriar desses temas, indispensáveis, por exemplo, para uma redefinição do conceito de indivíduo subjacente às nossas práticas.

As iniciativas rápidas e formais no sentido de adequar a Psicologia à “realidade”, aos “problemas sociais”, para que ela promova o “bem estar da comunidade”, correm o risco de produzir efeitos perversos em relação às intenções originais. Elas florescem no terreno do simplismo e da ausência de reflexão. Um bom exemplo desse culto à prática é a criação, em algumas faculdades de Psicologia², de inúmeras disciplinas ligadas a instituições, tais como psicologia comunitária, psicologia hospitalar, etc, com estágios supervisionados em hospitais, escolas “especiais”, orfanatos e até prisões. Nesses estágios, costuma-se enfatizar que os alunos vão adquirir “experiência” (mas não se diz de que tipo). Sem muita idéia do que é esperado deles, os estagiários freqüentam os locais durante algumas horas semanais. Depois levam suas dúvidas e observações para a supervisão, mas em nenhum momento se discute a instituição nem a sociedade que a produz (e onde está inserida). O supervisor limita-se a identificar patologias, individuais ou da própria instituição (escola esquizofrênica, por exemplo). O objetivo do curso é, então, o de fazer um psicodiagnóstico da instituição, transformada assim num macro aparelho psíquico, e discutir como o psicólogo poderia intervir para “curá-la”. Cabe

lembrar que essas escolhas curriculares (feitas em cursos de meio período, onde praticamente todas as disciplinas são obrigatórias) se dão em detrimento de outras disciplinas tais como Filosofia, História, Antropologia, Sociologia, etc. Aliás, estas últimas nem sempre estão presentes nos currículos das faculdades de Psicologia.

A construção de novas formas de pensar o psíquico é lenta e trabalhosa, e o uso banalizado de conceitos que funcionam como sinônimos de correção política, “selos de qualidade” atestando preocupação com os problemas sociais, pouco pode nos ajudar.

Já os trabalhos com objetivos mais delimitados, que buscam um novo tipo de reconstrução histórica da Psicologia no Brasil, podem abrir muitas possibilidades, tanto de pesquisas quanto de idéias para a formação de psicólogos, e até mesmo para a constituição de novas práticas.

Queremos enfatizar aqui apenas uma das possibilidades que se abrem quando, ao procurarmos novas maneiras de estar no mundo, sentimos a necessidade de reconstruir nossa história. Pois o que se introduz aí é a idéia de historicidade, e esta talvez seja a mais fértil para a Psicologia. Um longo trabalho de recuperação não só da História da Psicologia, mas também da historicidade do pensamento, do indivíduo e da própria psiquê, pode nos ajudar a evitar as armadilhas da naturalização do sujeito psíquico e da sociedade. Não se trata de eliminar a subjetividade e os afetos, mas de compreendê-los no interior de suas determinações históricas.

A História tem sido a grande ausente nos cursos de formação de psicólogos e, curiosamente, poucos parecem notar sua falta. No entanto, além da inestimável contribuição que ela poderia trazer para a Psicologia (no sentido que apontamos acima), sua ausência se faz sentir também no profundo desconhecimento da História do Brasil em nosso meio. Esse desconhecimento nos leva a inúmeros equívocos, desde a transposição direta e sem mediações de teorias produzidas em outras épocas e contextos³, até o uso descontextualizado de testes psicológicos e modelos de intervenção em instituições. Em alguns casos, a própria reconstrução “histórica” de nossa subjetividade é feita com base em teorias (européias) produzidas a partir de condições objetivas de vida da Europa do séc. XIX, que pouca semelhança têm com o Brasil da mesma época⁴.

Uma maior aproximação com a História do Brasil nos permitiria também melhor compreender, por exemplo, alguns traços básicos da cultura brasileira e do autoritarismo das classes dominantes, que têm atravessado um longo período de tempo e estão solidamente implantadas ao nível das práticas sociais e das mentalidades.

A construção de novas formas de pensar o psíquico passa necessariamente pela introdução da historicidade na Psicologia e pelo contato dos psicólogos com a produção historiográfica brasileira. O desenvolvimento de pesquisas históricas na própria Psicologia, voltadas à contextualização de seus objetos de estudo, traria elementos valiosos para a compreensão dos tipos de subjetividade que foram sendo engendrados na nossa história, além de tornar mais rico e intenso o contato e a troca com outras disciplinas.

Finalizando, é bom lembrar que a defesa de um paradigma mais historicista para a Psicologia não implica na crença de que este possa ou deva ser hegemônico. Como em todas as ciências humanas, a convivência (às vezes pacífica, às vezes nem tanto) de vários paradigmas na Psicologia é um fato inegável e aqueles que não suspiram por seu status científico não têm por que lamentá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACÓ-VILELA, A. M. - *Formar-se psicólogo: como ser “livre como um pássaro”*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da USP, 1996.

PATTO, Maria Helena S. - “Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico”. Em: *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 44, março/96.

* Mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

¹ Para informações mais detalhadas do que estamos descrevendo, vide JACÓ-VILELA, Ana Maria, *Formar-se Psicólogo: como ser “livre como um pássaro”*. pp 44 a 51.

² Essa descrição é baseada no contato que tivemos (com profissionais e alunos) de duas faculdades particulares de São Paulo que se orgulham de seu “pioneirismo” e de sua “preocupação com o social”. Esses cursos voltados para a “prática” funcionam, inclusive como um tipo de *marketing* dessas faculdades. Está aqui colocada apenas no sentido de apontar os riscos desse tipo de reformulação curricular. Não temos a intenção de generalizar esses dados, nem de insinuar que todos os estágios em instituição têm a mesma orientação.

³ Este tipo de procedimento não é exclusivo da Psicologia, pois as “idéias fora do lugar” tem uma tradição longa e ainda freqüente no Brasil, em diversas áreas.

⁴ Uma boa análise crítica desse tipo de “adaptação” teórica foi feita por Patto, Maria Helena S. *Teoremas e Cataplasmas no Brasil Monárquico*.